

A transparência da informação contábil como instrumento de formação de esferas públicas

The transparency of accounting information as an instrument for the formation of public spheres

Érica Suélen do Nascimento^a , José Roberto Pereira^a 

^a Universidade Federal de Lavras - Brasil

Palavras-chave

Esferas públicas.
Transparência.
Informação contábil.
Gestão social.

Keywords

Public spheres.
Transparency.
Accounting information.
Social management.

Informações do artigo

Recebido: 04 de março de 2022
Aprovado: 22 de setembro de 2022
Publicado: 13 de dezembro de 2022
Editor responsável: Dr. Ricardo Rocha
de Azevedo

Resumo

O objetivo desse ensaio teórico foi verificar como a transparência da informação contábil pode contribuir para a formação de esferas públicas que possam influenciar decisões políticas. A transparência está relacionada à linguagem contábil, tornando-a clara, compreensível e inteligível, de modo que possa ser utilizada cotidianamente pela sociedade. A linguagem contábil é capaz de socializar e integrar as pessoas nas organizações e na sociedade ao se articular a intersecção entre transparência, publicidade e *accountability*. O conceito de esferas públicas está fundamentado em Habermas, entendidas como um fenômeno social que, por meio do diálogo, do agir comunicativo e da compreensão, evidenciam e dramatizam os problemas da sociedade, sendo capaz de influenciar decisões políticas. A transparência da informação contábil pode promover o engajamento do indivíduo ao bem comum, integrando-o nos espaços de diálogo e estimulando, assim, a formação das esferas públicas capazes de pressionar o Estado nas decisões políticas. A transparência da informação contábil permite gerar um ciclo virtuoso de relação entre a sociedade e o Estado, intermediado pelas esferas públicas.

Abstract

The objective of this theoretical essay was to verify how the transparency of accounting information can contribute to the formation of public spheres that can influence political decisions. Transparency is related to accounting language, making it clear, understandable and intelligible, so that it can be used daily by society. The accounting language is able to socialize and integrate people into organizations and society by articulating the intersection between transparency, publicity and accountability. The concept of public spheres is based on Habermas, understood as a social phenomenon that, through dialogue, communicative action and understanding, highlights and dramatizes society's problems, being able to influence political decisions. The transparency of accounting information can promote the individual's engagement with the common good, integrating him into spaces of dialogue, thus stimulating the formation of public spheres capable of putting pressure on the State in political decisions. The transparency of accounting information makes it possible to generate a virtuous cycle of relationship between society and the State, mediated by the public spheres.

Implicações práticas

Os resultados da pesquisa evidenciam que as esferas públicas são a facticidade entre público e privado. As esferas públicas mostram os problemas latentes, permitindo que o Estado possa melhor responder as demandas da sociedade. Desse modo, o Estado é capaz de dialogar com a sociedade, gerando maior bem-estar à população.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento e a evolução da contabilidade acompanharam o desenvolvimento da sociedade. O processo de formação e constituição dos Estados demandavam uma administração e controle acerca dos recursos e bens conquistados, configurando como procedimentos e controles contábeis. Conforme Tilly (1996), a formação dos Estados envolve a dinâmica de acumulação de capital e de coerção social. A coerção significava, muitas vezes, as perdas de bens da população do território ocupado, extraídos para a manutenção do Estado e das guerras. Porém, com o passar do tempo e as delimitações de espaços já realizadas, o Estado deixou de extrair recursos para a manutenção de guerras e passou a ter que manter outras atividades. A contabilidade, nesse contexto, foi essencial para a administração patrimonial do Estado.

A população, os detentores de poder e o Estado passaram a realizar negociações sobre a forma de extração e o controle. A evolução do Estado ao longo do tempo fez com que assumisse atividades acessórias. Assim, intensificou as formas de coerção e aumentou a necessidade de se extrair mais recursos, ocasionando impactos nos interesses e direitos da população (Tilly, 1996). No século XIX, o Estado foi se tornando uma continuidade dos problemas individuais com o interesse no bem comum. O indivíduo e seu interesse foram o ponto de partida para a constituição de um Estado ampliado, ao internalizar o público a práxis do interesse de cada indivíduo (Vianna, 1997). Assim, a satisfação do interesse do indivíduo passou a coincidir com a satisfação do interesse geral; portanto, o indivíduo passou a se reconhecer como pertencente ao todo (Vianna, 1997).

Neste contexto, a linguagem ganhou grande relevância. A linguagem representa a razão comunicativa, configura e formata as leis e normas do Estado (Habermas, 2003b). A linguagem é comum a todos os seres humanos, por isso é inclusiva e integradora, independentemente de qualquer característica dos indivíduos (Habermas, 2003b). Porém, para que o indivíduo possa se sentir pertencente ao todo, para que possa internalizar o público na sua práxis, envolver-se no processo de diálogo e conseqüentemente se emancipar, é imprescindível o acesso à informação, de modo que possa fundamentar a sua linguagem.

No âmbito da Contabilidade Pública, o acesso à informação pode ser alcançado pela transparência, incluindo a prestação de contas, o que possibilita que a contabilidade se constitua enquanto prática comunicativa cotidiana na sociedade. Trata-se da contabilidade que busca não apenas informar, mas também alcançar a compreensão social (Gallhofer & Haslam, 2016), mesmo sentido atribuído por Habermas (2003b), ao considerar que o fluxo da informação deve emergir da sociedade e que, por meio da identificação de problemas, deve se organizar de modo a influenciar decisões políticas. Nesse sentido, este ensaio teórico busca responder a seguinte questão: como a transparência da informação contábil pode contribuir para a formação de esferas públicas que possam influenciar decisões políticas? Para responder ao problema de pesquisa, este estudo se fundamenta na teoria da ação comunicativa de Habermas (2003b), considerando a informação contábil como instrumento capaz de socializar e integrar as pessoas e influenciar questões políticas.

As esferas públicas da atualidade são caracterizadas pela grande pluralidade de anseios e presença da mídia nas relações sociais. Dessa forma, a transparência da informação contábil é o caminho para que a linguagem contábil se torne uma prática comunicativa cotidiana entre as pessoas no ambiente organizacional. Por meio da teoria da ação comunicativa, o estudo contribui com perspectivas diversas de outras teorias usuais do campo da Contabilidade Pública ao considerar que a transparência da informação contábil constitui elemento fundamental para a formação de uma opinião pública qualificada no âmbito das relações entre Estado e sociedade. Além disso, considera-se relevante a contribuição desse estudo para a construção de um conhecimento amplo da sociedade sobre contabilidade pública, o que poderá, por um lado, contribuir para maior engajamento cívico da sociedade em relação a coisa pública e, por outro lado, melhorar a atuação do Estado diante das demandas da sociedade, em termos de efetividade do bem-estar social.

Esse ensaio teórico é diferente de outros métodos tradicionais da ciência, no sentido de que a forma não é mais importante que o conteúdo (Meneghetti, 2011). Porém, é essencial a originalidade. O ensaio teórico aborda sobre algo já disposto, mas de um modo diferente (Meneghetti, 2011). Neste estudo, procurou-se, sob a luz da teoria da ação comunicativa, analisar como a transparência da informação contábil contribui com a formação de esferas públicas, o que atribui originalidade ao ensaio, observando-se a recomendação de Meneghetti (2011) de que em um ensaio teórico a seqüência deve ser orientada pela articulação de conceitos utilizados para compreender a realidade. Para isso, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre a transparência da informação contábil e as esferas públicas. Posteriormente, procedeu-se a interação sujeito e objeto de pesquisa como apontado por Meneghetti (2011), visando indicar como a transparência da informação contábil pode contribuir para a formação de esferas públicas capazes de influenciar decisões políticas. Por último, foi apresentado o ciclo de relações entre Estado e sociedade, envolvendo a transparência das informações contábeis e as esferas públicas.

2 A TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A linguagem contábil, referida neste estudo, está vinculada à Contabilidade Pública, podendo ser entendida como aquela que cuida do patrimônio público, seja dos municípios, do Estado, da União ou de organizações públicas. Optou-se pela Contabilidade Pública pela possibilidade de vinculá-la à relação entre indivíduo e decisões políticas.

A prática da transparência da informação contábil muitas vezes se limita a publicidade, desconsiderando a compressão e a utilidade por parte da sociedade. Nesses casos, a publicidade é carregada de uma linguagem técnica (Hood, 2007; Langella et al., 2021), o acesso à informação é limitado a determinados grupos (Bertot et al., 2010), a visibilidade é priorizada em relação a clareza da informação (Moore, 2017) e a transparência se torna um mecanismo para ressaltar os pontos positivos do desempenho dos governos (Hood, 2007). Nesse contexto, visando uma transparência mais efetiva, os estudos atuais têm convergido sobre a relevância da utilidade da informação no processo de transparência (Villoria, 2021). Isso evidencia que a transparência transcende a publicidade. A publicidade e transparência não são iguais, mas estão interconectadas (Edwards, 2020). Como um conceito mais adequado a transparência, Villoria (2021) aponta a transparência colaborativa, que se refere a uma interação contínua entre Estado e sociedade para a geração de informações. Ou seja, a sociedade deve ser protagonista nas tomadas de decisão, onde o objetivo é a colaboração e não somente a busca de informações (Edwards, 2020). Ou seja, trata-se do modelo democrático participativo.

A participação da sociedade é um dos importantes fatores discutidos pelos trabalhos sobre transparência. A participação pode acontecer como verificado por Langella et al. (2021): em um único fluxo (sociedade é receptora da informação e o diálogo é limitado), pode ser parcial (envolvendo consultas a sociedade, mas com pouco impacto nas decisões políticas) ou pode ser plena (a sociedade e o Estado são iguais perante o diálogo e decisões políticas). Somente a participação plena é capaz de permitir uma transparência comunicativa entre Estado e sociedade. Porém, a participação plena se mostra como algo idealizado, mas não conquistado.

A prática da transparência foi se modificando ao longo do tempo. Na democracia representativa, a transparência constitui subsídio para a supervisão e controle social dos representantes da sociedade e, na democracia participativa, as informações passam a ser essenciais para os indivíduos se envolverem em igualdade com as demais entidades de governo (Lourenço, 2016). Na política contemporânea, a transparência carrega o peso da responsabilidade que, muitas vezes, se traduz no direito do cidadão de se integrar na política (Edwards, 2020). Nesse contexto, a contabilidade tem potencial para estimular o debate público democrático em torno de questões sociais (Irvine & Moerman, 2017).

Ainda que a transparência tenha evoluído quanto a relação Estado e sociedade, alguns estudos discordam que isso aconteça na prática. Para Heald (2012), a prática da transparência se mostra como algo ilusório, pois demanda um público capaz de entender e agir, mas o Estado não conhece os usuários da informação, o que limita o uso de uma linguagem transparente. Outros estudos apontam que a transparência é limitada a determinados grupos da sociedade. Conforme Piotrowski e Rysin (2007), a demanda pela transparência da informação contábil é maior entre indivíduos com renda mais alta e maior engajamento político na sociedade. Uma premissa básica para que a participação aconteça é o acesso à informação (Piotrowski & Rysin, 2007). Para Bertot et al. (2010), as tecnologias de informação e comunicação permitem a ampliação do acesso e favorecem as iniciativas de um governo mais aberto, mas o acesso nem sempre alcança toda a sociedade.

Algumas iniciativas podem otimizar e aperfeiçoar a prática da transparência da informação contábil. Para favorecer a compreensão da informação contábil, o Estado pode trabalhar a alfabetização e instrução da sociedade (Bertot et al., 2010; Piotrowski & Rysin, 2007; Heald, 2012) e se valer da utilização de explicações, exemplos, gráficos e tabelas (Langella et al., 2021). A transparência na linguagem contábil contribui para o processo educativo no âmbito das escolas no sentido de formar uma sociedade capaz de entender e agir, ou seja, uma sociedade mais participativa. Ampliar e garantir o acesso a tecnologias e mecanismos de transparência favorecem o alcance de mais indivíduos da sociedade (Bertot et al., 2010). Dessa forma, para uma transparência mais efetiva, torna-se necessário trabalhar a contabilidade como prática comunicativa, ampliar o acesso a informação, criar ambientes de diálogo, melhorar a educação e favorecer o entendimento das informações da contabilidade pública (Gallhofer & Haslam, 2016; Moore, 2017).

Os efeitos positivos da transparência só são possíveis pela sua vinculação a *accountability* (Villoria, 2021). A *accountability* é um diferencial no processo democrático, principalmente sobre a necessidade de tornar transparente uma real situação para a sociedade. Para que a prestação de contas ultrapasse os requisitos normativos e realmente tenha utilidade para a sociedade, torna-se imprescindível que a transparência promova a Contabilidade Pública como prática social comunicativa. Isso é garantir a *accountability*, ou seja, uma forma de responsabilidade do Estado para com a sociedade.

Diante do exposto, a transparência se torna capaz de socializar e integrar a população de uma sociedade ao se promover a intersecção entre transparência, publicidade e *accountability*, conforme ilustra a Figura 1. Assim, poderá proporcionar a exposição das informações contábeis (publicidade), com clareza e simplicidade suficiente para que seja compreensível às pessoas (transparência), porém, com a responsabilidade de prestação de contas (*accountability*), de evidenciar informações fidedignas capazes de integrar o indivíduo ao público, dentro de um espaço dialógico, onde o público e o privado se direcionam conjuntamente para o interesse comum.

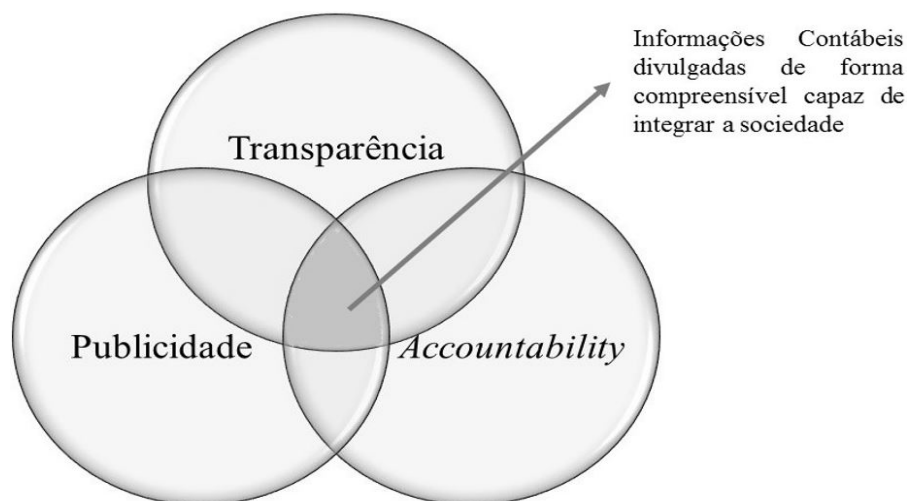


Figura 1. Transparência da informação contábil

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 ESFERAS PÚBLICAS

O livro de Habermas (2003a), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, é fruto de sua tese de doutorado em 1961 e teve como objeto de estudo a esfera pública burguesa. Com base neste livro, o conceito de esfera pública emergiu da ascensão da burguesia que passou a buscar, por meio do público, a defesa de seus interesses privados. Até então, o comum e o particular eram totalmente separados; o público era representado pelo Estado que deveria primar pelo bem comum e o privado se configurava como a vida íntima dos indivíduos.

A política mercantilista pressionou a ampliação da atividade econômica privada (para a sobrevivência da família), extrapolando o espaço íntimo (familiar, privado) e alcançando o espaço público. O interesse privado se expande para o público, assumindo importante papel, ou seja, constituindo a camada burguesa. O mercado se emancipa em relação ao Estado, a classe burguesa passou a defender seus interesses dentro do espaço público, surgindo assim, a esfera pública burguesa.

A esfera pública é considerada por Habermas (2003a, p.17) como “um princípio organizacional de nosso ordenamento político”, cuja essência é pública, formada por informações que circulam na sociedade e que são publicamente conhecidas. Habermas (2003a) mostra que a opinião individual (subjetividade) é um juízo sem certeza; assim, a intersubjetividade (o que há de comum nos julgamentos de valores individuais) compõe um conjunto de ideias que forma a opinião pública. Porém, com base em Marx, Habermas (2003a) aponta que a esfera pública não poderia intermediar o Estado e a sociedade, pois a opinião pública da época expressava somente os interesses da classe burguesa.

A literatura sobre o tema traz críticas e reformulações para a esfera pública. Habermas sofreu diversas críticas sobre limitar o estudo da esfera pública à classe burguesa. Dentre as contribuições críticas, Nancy Fraser é citada por diversos trabalhos (Avritzer & Costa, 2004; Brown, 2009; Garcia et al., 2018; Perlatto, 2015; Stewart & Hartmann, 2020). A crítica de Nancy Fraser era que a esfera pública de Habermas não considerava as diversas esferas, sendo necessária tal adequação em sociedades multiculturais (Garcia et al., 2018). Ainda, deve-se reconhecer a presença de esferas subalternas, compostas por grupos minoritários (Avritzer & Costa, 2004; Perlatto, 2015). Outra crítica está relacionada em não considerar as relações de poder dentro do processo de diálogo, ou seja, a falsa ilusão de igualdade (Avritzer & Costa, 2004; Garcia et al., 2018). Nesse contexto, Habermas revisitou sua obra e reconheceu, posteriormente, múltiplas esferas públicas. Em trabalhos posteriores, Habermas (2003a) passou a se referir às esferas públicas (no plural), visando ampliar o conceito para a sociedade como um todo. Também

considerou as assimetrias de poder, as esferas subalternas e o impacto dos meios de comunicação (Garcia et al., 2018).

Considerando este conceito mais amplo, as esferas públicas podem ser entendidas como um “sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém sensíveis no âmbito de toda a sociedade” (Habermas, 2003b, p. 91). Por meio da linguagem e da comunicação, a sociedade é capaz de identificar os problemas e organizá-los de modo que possam chegar ao sistema (Estado e mercado), impactando nas decisões políticas. Porém, a sociedade não pode se limitar a identificar problemas, mas deve “tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz” (Habermas, 2003b, p. 91), no sentido de alcançar decisões políticas.

As esferas públicas podem ser compreendidas como uma estrutura comunicacional que busca a compreensão dentro de um espaço social onde ocorre as interações cotidianas, moldando, assim, as opiniões públicas (Habermas, 2003b). As esferas públicas não são instituições, organizações ou sistemas, trata-se de um fenômeno social em busca do sentido das pretensões da sociedade por meio do agir comunicativo, sendo promovida por meio de espaços que podem motivar o diálogo. Trata-se de uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o privado e o público (Habermas, 2003b). Dessa forma, concebe uma estrutura comunicacional do agir pelo entendimento, ficando sob responsabilidade do sistema político a elaboração especializada das demandas das esferas públicas.

As esferas constituem o resultado de um processo de dialógico público que caracteriza a democracia deliberativa, por meio da intersubjetividade e da racionalidade (Cançado et al., 2019). Referem-se às esferas públicas mediadas pela gestão social, onde o “processo decisório é baseado na democracia deliberativa que tem ação racional substantiva (e comunicativa) como sua orientação de ação” (Cançado et al., 2019, p. 159). A democracia deliberativa é o caminho para a tomada de decisão com base no consenso racional, resultado do diálogo, superando o dilema entre participação e representação (Cançado et al., 2019). A ação racional substantiva pode ser entendida como a ação conduzida para a autorrealização (no âmbito do indivíduo, a busca da emancipação) e a ação comunicativa conduzida para a compreensão (âmbito do grupo, com base no diálogo e na intersubjetividade), sendo capaz de estimular o debate racional. O processo dialógico refere-se à relação entre os indivíduos por meio do ato de comunicar e a intersubjetividade é a compreensão e interpretação da subjetividade por meio da comunicação (Cançado et al., 2019). Portanto, o diálogo é realizado de fato quando ocorre a intersubjetividade.

Nas esferas públicas, a intersubjetividade determina a seleção de julgamentos e posições, formando as opiniões públicas reunidas em temas distintos (Habermas, 2003b). A opinião pública pode ser fruto mais de conflito que consenso (Avritzer & Costa, 2004). As formas de poder nas relações sociais podem calar certas vozes (Brown, 2009). Isso pode configurar em esferas públicas que não consideram os interesses de determinados grupos (esferas subalternas) (Avritzer & Costa, 2004). No caso brasileiro, a esfera pública foi tida por muito tempo por uma esfera estritamente seletiva onde um grupo minoritário era formado por interlocutores da sociedade (Perlatto, 2015). Nesse contexto, as esferas subalternas, muitas vezes, tiveram que buscar mecanismos para se esquivarem da sociedade moldada pela esfera seletiva (Perlatto, 2015). O crescimento e transformação das cidades, a criação de espaços públicos, o direito ao voto e a Constituição de 1988 foram fatores que contribuíram para a democratização da esfera pública brasileira (Perlatto, 2015). Porém, “a sociedade civil produz influência política, mas não decide nem implementa políticas” (Avritzer & Costa, 2004, p. 713). No Brasil, por exemplo, algumas esferas subalternas adotam “mecanismos mais ‘expressivistas’, carnavalescos e lúdicos, muito mais ancorados na emoção, nos sentimentos, no humor, na ironia e na paródia do que nas palavras de ordem prontas e bem formuladas” (Perlatto, 2015, p. 140). Portanto, é imprescindível que os anseios advindos das esferas públicas tenham formas institucionais de inserirem no Estado (Avritzer & Costa, 2004). Dessa forma, no caso brasileiro, o grande desafio é converter os anseios das esferas subalternas com formas expressivas diversas em políticas no país (Perlatto, 2015).

Na atualidade, as esferas públicas são marcadas pelo resultado da mídia e da internet nas relações sociais (Perlatto, 2015). O avanço dos meios de comunicação, como a internet, pode incorporar a pluralidade de anseios na democracia deliberativa, sendo um mecanismo de inclusão dos indivíduos (Brundidge, 2010). A pluralidade de anseios da sociedade aumentou pelo fortalecimento e crescimento das mídias (Brundidge, 2010). Além da influência das mídias no processo de comunicação, Stewart e Hartmann (2020) apontam que as esferas públicas também se modificaram pela profissionalização de movimentos sociais (com maiores habilidades para alcançar o público) e pelo surgimento de instituições híbridas. Na atualidade, o acesso às esferas públicas e o engajamento público foi ampliado, porém estão cada vez mais vinculados ao conhecimento e a estrutura de discursos capazes de influenciar o público (Stewart & Hartmann, 2020).

4 A TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E A FORMAÇÃO DE ESFERAS PÚBLICAS

A contabilidade, para ter um caráter emancipatório, necessita da prática comunicativa, ser contextualizada, informar e buscar a compreensão social (Gallhofer & Haslam, 2016). As esferas públicas como um “sistema de alarme” de problemas da sociedade (Habermas, 2003b) são uma estrutura propícia para inserir as informações contábeis dentro do processo dialógico e na busca de consenso racional. Assim, é o espaço onde a contabilidade pode representar os interesses dos marginalizados (Irvine & Moerman, 2017), pode colaborar para a intersubjetividade, integrando os indivíduos ao público. Com base no exposto neste estudo, a Figura 2 ilustra como a transparência da informação contábil pode ser instrumento para a formação de esferas públicas e, conseqüentemente, impactar decisões políticas.

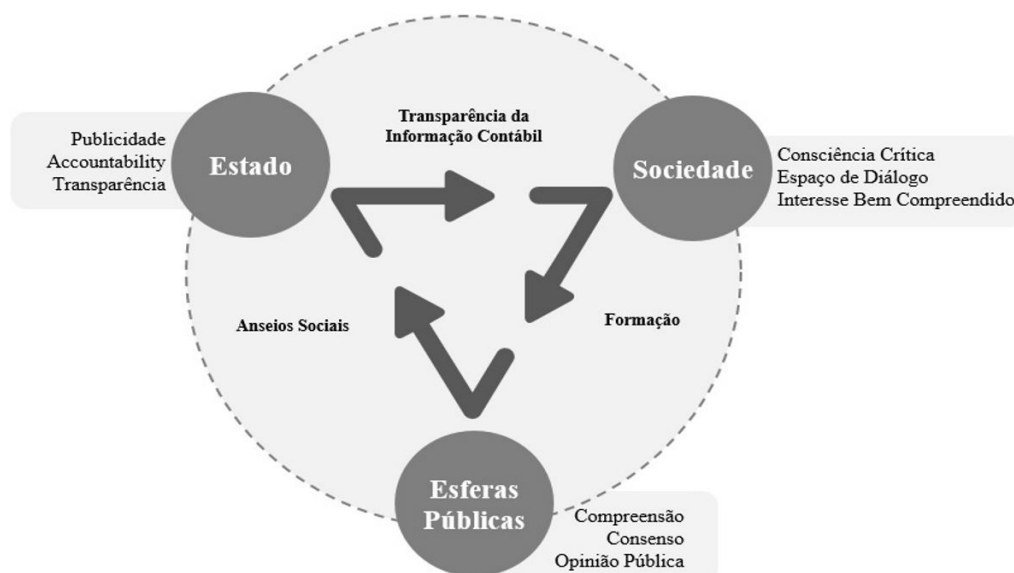


Figura 2. Transparência da informação contábil

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para que a transparência da informação contábil contribua para a formação de esferas públicas que possam influenciar decisões políticas, (i) o Estado deve garantir a transparência, promovendo a contabilidade como prática social comunicativa; (ii) os indivíduos devem agir com base no interesse bem compreendido e incorporar o interesse público a sua práxis; e, conseqüentemente, (iii) acontecer o diálogo contínuo entre Estado e sociedade.

O Estado deve garantir a transparência da informação contábil com base no princípio da publicidade, com uma linguagem clara e de fácil compreensão (transparência) e com responsabilidade para com a sociedade (*accountability*). O Estado deve promover a contabilidade como prática social comunicativa, envolver-se em um processo de diálogo contínuo e aprender com a interação. As informações contábeis devem ser contextualizadas e incorporar o aspecto social (Irvine & Moerman, 2017). A transparência por parte do Estado se distancia do proposto neste estudo quando a informação é apresentada de forma técnica e complicada (Heald, 2012), enfatiza a visibilidade ao invés da inteligibilidade (Moore, 2017) ou utilizada como um mecanismo de evasão de culpa (Hood, 2007). Portanto, existem possibilidades de aperfeiçoar a transparência das informações contábeis. Trabalhar a informação procurando traduzir a linguagem técnica (Hood, 2007; Langella et al., 2021) e ampliar o acesso às informações (Bertot et al., 2010) são iniciativas que podem impactar na disponibilidade de informações contábeis com uma linguagem mais acessível a sociedade. Isso é uma forma de responsabilidade do Estado para com a sociedade (*accountability*) e um mecanismo de transparência para promover a contabilidade como prática social comunicativa.

Porém, como o Estado, por meio da transparência da informação contábil, pode atender os diferentes anseios da sociedade? Como se posicionar diante da pluralidade de interesses? A crítica a trabalhos que abordam a contabilidade sob a luz da teoria habermasiana refere-se à visão amplamente deliberativa (Brown, 2009). Isso nos leva a refletir se realmente a informação contábil seria um instrumento efetivo para esferas públicas. A transparência da informação contábil como instrumento de formação de esferas públicas só é possível a partir da perspectiva dialógica, sendo necessário uma abordagem multidimensional e participativa que seja sensível aos diferenciais da sociedade (Brown, 2009). A formação de uma vontade política, diante de uma pluralidade,

acontecerá pela legitimidade dos discursos racionais, ou seja, pelo agir comunicativo (Habermas, 2003b). Dessa forma, a transparência da informação contábil pode influenciar os discursos, contribuindo para a formação de esferas públicas no sentido de mobilização social, visando impactar decisões políticas e na geração de maior consciência do indivíduo acerca do que pode afetá-lo.

A segunda premissa para que a transparência da informação contábil possa contribuir para a formação de esferas públicas que possam influenciar decisões políticas é a que os indivíduos incorporem o interesse público a sua práxis (interesse bem compreendido). Conforme Langella et al. (2021), a participação pública depende das características do processo de deliberação. As esferas públicas são sistema de alarme da sociedade que, por meio da linguagem e da comunicação, são capazes de identificar os problemas, tematizá-los e transformá-los em decisões políticas (Habermas, 2003b). Dessa forma, iniciativas do Estado, como audiências públicas, orçamentos participativos, dentre outras, não configuram oportunidades para que a transparência da informação contábil possa contribuir para a formação de esferas públicas. Isso porque a sociedade é receptora da informação, o diálogo é limitado ou a participação é parcial, envolvendo consultas a sociedade, mas com pouco impacto nas decisões políticas (Langella et al., 2021). Para a formação de esferas públicas por meio da transparência da informação contábil é necessária a participação plena da sociedade.

Para a formação das esferas públicas, tornam-se necessários a validação do interesse bem compreendido e o envolvimento dos indivíduos nos espaços de diálogo. A transparência da informação contábil pode gerar maior conhecimento sobre as contas públicas, sobre a destinação dos recursos públicos, podendo elucidar como o público afeta a vida dos indivíduos. Assim, é necessário que a informação seja hábil e emancipatória diante da pluralidade do diálogo dos participantes (Irvine & Moerman, 2017). Os trabalhos críticos abordam a contabilidade dentro da dicotomia repressão (vinculada a contabilidade tradicional) ou emancipação (Gallhofer & Haslam, 2016). A emancipação, nesse contexto, é um processo de desenvolvimento vivenciado por uma identidade ou interesse legítimo (Gallhofer & Haslam, 2016). A emancipação por meio da contabilidade torna possível o encontro do privado com o público. Isso refere-se a validar o interesse bem compreendido, que é apontado por Vianna (1997), como a arte de conjugar o interesse privado ao interesse público “fazendo com que o amor esclarecido do indivíduo por si mesmo se realizasse como uma expressão de virtudes públicas” (Vianna, 1997, p. 109).

A terceira premissa para que a transparência da informação contábil possa contribuir para a formação de esferas públicas que possam influenciar decisões políticas é o diálogo contínuo entre Estado e sociedade. O Estado Republicano e Democrático de Direito nos remete ao interesse público e à soberania popular, respectivamente. Republicano significa que o bem comum está acima dos interesses particulares, ou seja, a realização do interesse individual deve corresponder com a realização do interesse público (Vianna, 1997). Assim, a transparência deve compartilhar poder e informação e promover a igualdade de diálogo entre Estado e sociedade (Edwards, 2020). Para que o diálogo contínuo entre Estado e sociedade aconteça é imprescindível que as premissas anteriores sejam alcançadas.

Neste contexto, um dos aspectos que podem contribuir fortemente para a formação de esferas públicas são as informações contábeis apresentadas e discutidas no sentido de qualificar o debate público com vistas a alcançar um possível consenso. Para isso, é imprescindível que a informação seja contextualizada e tenha utilidade para a sociedade. Uma vez que ocorre o entendimento, o indivíduo é capaz de dialogar e revelar seus anseios. Os anseios comuns vão ganhando força, impactam nas manifestações de diferentes grupos e podem formar um consenso. O resultado final é a formação da opinião pública. Assim, as esferas públicas conseguem retratar com efetividade os problemas da sociedade e buscar influenciar decisões políticas no âmbito do sistema, ou seja, no Estado e no mercado.

Para conseguirmos imaginar a formação de esferas públicas, podemos pensar em mães que necessitam de atendimento de emergência para seus filhos e não recebem o atendimento de um pediatra no serviço de pronto atendimento. Essas mães vão se encontrando (inclusive na busca pelo atendimento) e, por meio do diálogo, vão revelando seus anseios, que, nesse caso, é a necessidade e o direito a um atendimento especializado. A informação contábil é capaz de revelar informações básicas para essas mães, como o financiamento do pronto atendimento local, qual o recurso disponível da saúde pública e se o Estado tem possibilidade de aumentar os recursos destinados a saúde. A informação contábil possibilita enxergar no público a capacidade de resposta dos anseios e impactar na formação de uma esfera pública. Isso pode se traduzir em manifestações, fundamentadas pelo conhecimento da informação contábil, engajando mais pessoas ao movimento e formando a opinião pública sobre a necessidade de um plantão pediátrico. Desse modo, a solicitação do plantão pediátrico (anseio social) retorna ao Estado (ente público), seja por meio das mídias, redes sociais, manifestações e/ou projetos de lei de iniciativa popular.

Contudo, a transparência da informação contábil gera um ciclo na relação entre o Estado e a sociedade, sendo as esferas públicas a facticidade entre público e privado. Ao munir a sociedade de informação contábil,

conforme os pressupostos da transparência, a sociedade pode se tornar mais engajada com a coisa pública ou com o bem comum. Por meio das esferas públicas, ficam mais claros quais os problemas latentes, podendo influenciar decisões políticas, permitindo que o Estado possa melhor responder as demandas da sociedade. Por último, como forma de mostrar que os anseios da sociedade estão sendo atendidos, o Estado retorna com as informações contábeis em forma de prestação de contas. O resultado esperado é a formação de um Estado Democrático de Direito ou Estado Republicano, na essência do termo, pois é capaz de dialogar com a sociedade sobre qualquer tipo de problema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse ensaio teórico foi verificar como a transparência da informação contábil pode contribuir para a formação de esferas públicas que possam influenciar decisões políticas. Para atingir o objetivo, este estudo abordou sobre a transparência da informação contábil, posteriormente, com base em Habermas, os aspectos conceituais da esfera pública e, por último, procurou-se fazer a intersecção entre as partes visando mostrar como a transparência da informação contábil pode ser um instrumento para a formação das esferas públicas capazes de influenciar decisões políticas.

Pode ser observado que a transparência da informação contábil se efetiva quando combina a transparência, a publicidade e a *accountability*. A publicidade está atrelada, principalmente, ao ato de tornar público. Já a transparência está vinculada ao compromisso de prestar contas, de traduzir as informações contábeis para uma linguagem clara, compreensível e que tenha utilidade para a sociedade. A *accountability* refere-se à responsabilidade de prestação de contas do Estado para com a sociedade, envolve a utilização dos recursos públicos, a garantia da publicidade e da transparência, mas também, o aspecto social, ou seja, a resposta às demandas da sociedade. Assim, é assegurado que as informações contábeis são legítimas e podem proporcionar o entendimento do público aos cidadãos, integrando-os na sociedade e nos espaços de diálogo.

As esferas públicas, com base em Habermas, podem ser entendidas como um fenômeno social que, por meio do diálogo, do agir comunicativo e da compreensão, são capazes de evidenciar os problemas da sociedade. Dessa forma, por meio das esferas públicas, é possível identificar os anseios e demandas da sociedade, sendo responsabilidade do sistema político a elaboração especializada, transformando o poder comunicativo em poder administrativo.

A transparência da informação contábil pode engajar o indivíduo ao público, integrando-o nos espaços de diálogo e estimulando, assim, a formação das esferas públicas capazes de pressionar o Estado nas decisões políticas. A transparência da informação contábil permite gerar um ciclo de relações virtuosas entre a sociedade e o Estado, identificando os temas-problemas, dramatizando-os e os colocando na agenda política. A reciprocidade do Estado se dá por meio da prestação de contas à sociedade, dando continuidade ao ciclo, alimentando as esferas públicas e podendo otimizar as respostas aos anseios sociais.

Contudo, a transparência da informação contábil está muito além de uma responsabilidade legal, podendo influenciar a formação de esferas públicas e impactar nas decisões políticas. Dessa forma, esse ensaio teórico, sob a lente da teoria da ação comunicativa, contribui com a ampliação dos aspectos conceituais da transparência, da publicidade e da responsabilidade do Estado com a sociedade inserindo a relevância das esferas públicas. Outra contribuição foi a apresentação do ciclo virtuoso de relação entre Estado e sociedade criado pela transparência das informações contábeis e intermediado pelas esferas públicas.

Este estudo focou na abordagem da transparência da informação contábil para a formação de esferas públicas. A transparência da informação contábil é uma das possibilidades de reduzir as assimetrias de diálogo, pois é capaz de integrar os indivíduos na sociedade, assim como a linguagem do direito, como afirma Habermas (2003a). Porém, as desigualdades sociais, como na educação, também causam assimetrias no processo de diálogo. Dessa forma, sugere-se, como estudos futuros, analisar como a redução de desigualdades na educação pode contribuir para a formação de esferas públicas. Essa pesquisa poderá contribuir para a consolidação do campo de estudo das esferas públicas, para conjugar o interesse privado ao interesse público, para inserir cada vez mais os indivíduos nos espaços de diálogos que influenciam decisões públicas e, por último, para que o Estado consiga melhor responder os anseios da sociedade.

REFERÊNCIAS

- Avritzer, L., & Costa, S. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, 47(4), 703-728. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582004000400003>
- Bertot, J., Jaeger, P., & Grimes, J. (2010). Using ICTs to create a culture of transparency: e-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. *Government Information Quarterly*, 27, 264-271. <https://doi.org/10.1016/j.giq.2010.03.001>
- Brundidge, J. (2010). Encountering “difference” in the contemporary public sphere: the contribution of the internet to the heterogeneity of political discussion networks. *Journal of Communication*, 60 (1), 680-700. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2010.01509.x>
- Brown, J. (2009). Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: taking pluralism seriously. *Critical Perspectives on Accounting*, 20, 313-342. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2008.08.002>
- Cançado, A., Tenório, F., & Pereira, J. (2019). *Gestão social: epistemologia de un paradigma*. Ecuador: Universidad del Azuay.
- Edwards, L. (2020). Transparency, publicity, democracy, and markets: inhabiting tensions through hybridity. *American Behavioral Scientist*, 64 (11), 1545-1564. <https://doi.org/10.1177/0002764220945350>
- Garcia, A., Pereira, J., Alcântara, V., & Cruz, E. (2018). Aprofundamento das esferas públicas para a gestão social: caminhos para uma reconstrução empírico-descritiva e normativa. *Cadernos EBAPE*, 16 (2), 163-185. <https://doi.org/10.1590/1679-395160265>
- Gallhofer, S., & Haslam, J. (2016). Some reflections on the construct of emancipatory accounting: shifting meaning and the possibilities of a new pragmatism. *Critical Perspectives on Accounting*, 1(19). <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2017.01.004>
- Habermas, J. (2003a). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2003b). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Heald, D. (2012). Why is transparency about public expenditure so elusive? *International Review of Administrative Sciences*, 78(1), 30-49. <https://doi.org/10.1177/0020852311429931>
- Hood, C. (2007). What happens when transparency meets blame-avoidance? *Public Management Review*, 9(2), 191-210. <http://dx.doi.org/10.1080/14719030701340275>
- Irvine, H., & Moerman, L. (2017). Gambling with the public sphere: accounting’s contribution to debate on social issues. *Critical Perspectives on Accounting*, 48, 35-52. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.002>
- Langella, C., Pessina, E., Redmayne, N., & Sicilia, M. (2021). Financial reporting transparency, citizens’ understanding, and public participation: A survey experiment study. *Public Administration*, 1-20. <https://doi.org/10.1111/padm.12804>
- Lourenço, R. (2016). Evidence of an open government data portal impact on the public sphere. *International Journal of Electronic Government Research*, 12 (3), 21-36. <https://doi.org/10.4018/IJEGR.2016070102>
- Meneghetti, F. (2011). O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 320-332. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000200010>
- Moore, S. (2017). Towards a sociology of institutional transparency: openness, deception and the problem of public trust. *Sociology*, 1, 1-15. <https://doi.org/10.1177/0038038516686530>
- Perlatto, F. (2015). Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, 23 (53), 121-145. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235307>
- Piotrowski, S., & Rysin, G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *The American Review of Public Administration*, 37 (3), 306-323. <https://doi.org/10.1177/0275074006296777>
- Stewart, E., & Hartmann, D. (2020). The new structural transformation of the public sphere. *Sociological Theory*, 38 (2), 170-191. <https://doi.org/10.1177/0735275120926205>
- Tilly, C. (1996). Coerção, capital e estados europeus. *Revista Estudos Políticos*, 1(1). <https://doi.org/10.22409/rep.v1i1.38460>

Vianna, L. (1997). *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

Villoria, M. (2021). ¿Qué condiciones favorecen una transparencia pública efectiva? A review article. *Revista de Estudios Políticos*, 194, 213-247. <https://doi.org/10.18042/cepc/rep.194.08>

Como citar este artigo

Nascimento, E. S., & Pereira, J. R. (2022). A transparência da informação contábil como instrumento de formação de esferas públicas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 16:e195445. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2022.195445>